

ECONOMIA SOLIDÁRIA: ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A INCLUSÃO PRODUTIVA

Moacir José dos Santos
Universidade de Taubaté (UNITAU)

Alan Alves Brito Conceição
Universidade de Taubaté (UNITAU)

Edson Trajano Vieira
Universidade de Taubaté (UNITAU)

Resumo: A economia solidária é definida como modelo de produção e distribuição dedicado a inclusão produtiva e ao enfrentamento das contradições da dinâmica da economia capitalista, especialmente a concentração de renda. O objetivo deste trabalho é analisar o conceito teórico de economia solidária quanto à definição das condições que caracterizam a inclusão produtiva. A economia solidária adquiriu visibilidade, no Brasil, a partir da implantação da Senaes, em 2003. A partir desse momento, a economia solidária passou a fazer parte de um programa de políticas públicas na agenda do governo federal. Apesar das dificuldades na avaliação das instituições autogestionárias, presume-se que a economia solidária é um modelo justo e inclusivo, pois tem foco na melhoria do bem-estar dos trabalhadores em condição social e econômica precária. Conclui-se que o dinamismo da economia solidária é capaz de alterar favoravelmente as condições socioeconômicas por meio de inclusão produtiva e empoderamento da população.

Palavra chave: economia solidária, inclusão produtiva, empoderamento, cooperativismo.

INTRODUÇÃO

O conceito de economia solidária tem origem nas experiências dos socialistas utópicos, como Robert Owen, ainda na primeira metade do século XIX, na Inglaterra. Owen critica os efeitos do capitalismo industrial ao colocar em prática os ideais democráticos de solidariedade como princípio para o enfrentamento da exploração exaustiva do trabalho, com o objetivo de promover a qualidade de vida dos trabalhadores (SINGER, 2003). A emergência da economia solidária está associada aos impactos negativos da primeira Revolução Industrial, que acarretou na exclusão dos artesãos do mercado de trabalho. Owen foi pioneiro na implantação da jornada de trabalho e na restrição ao trabalho infantil (RETAMIRO, 2013, p. 73).

A implantação de cooperativas, com caráter socialista, ocorreu no momento em que a Revolução Industrial fortalecia o ideal da economia liberal de Adam Smith. O modelo liberal tem como pressuposto a emancipação da economia. O Estado deveria se concentrar em oferecer condições adequadas para que a economia seguisse seu rumo natural. A teoria

de Smith (1985) defende que o interesse da coletividade seria alcançado a partir de ações individuais. Como cada indivíduo tende a atuar de maneira a satisfazer suas próprias necessidades, indiretamente, essas ações isoladas convergiram para atender o interesse comum. Como se houvesse uma mão invisível que regula automaticamente o mercado.

No sistema capitalista, o proletariado tem como única opção de sobrevivência vender sua mão de obra, pois não mais é detentor dos meios de produção, concentrados nas mãos de uma minoria. Essa relação de exploração do trabalho Marx denominou como mais valia (1988). A exploração da mão de obra não foi uma novidade. Porém, o sistema capitalista foi responsável por aquilo que Marx denominou como mais valia relativa. Galvão (2004, p. 49), explica que a mais valia relativa “pressupõe a apropriação de inovações incorporadas em máquinas e equipamentos mais eficientes e modernos, em insumos mais adequados e na melhoria da organização social do trabalho, que elevam a produtividade”. Dessa forma, a acumulação da riqueza é constantemente apropriada pelo capitalista, que vai determinar a concentração da renda.

Segundo Harvey (2005, p. 44), “no capitalismo, o crescimento econômico é, como Marx o nomeia usualmente, um processo de contradições internas, que, frequentemente, irrompe sob a forma de crises.” Essas contradições negativas do capitalismo são apresentadas na forma de desemprego e subemprego. O sistema capitalista é movido por acumulação de capital e para que isso ocorra há necessidade de um excedente de mão de obra, esse excedente Marx denominou ‘exército de reserva’. “Para os capitalistas, os salários pagos aos trabalhadores nada mais eram do que outras despesas no processo de produção que, contabilizados determinavam o lucro do capitalista. O trabalhador vendia a sua mercadoria conforme o interesse do comprador” (VIEIRA; SANTOS, 2012, p. 352).

Identifica-se a tensão latente entre os princípios norteadores da economia solidária e a dinâmica do sistema capitalista. A exploração do trabalho e a apropriação do excedente constituem os fundamentos da economia capitalista e produzem a exclusão econômica e social. A inclusão produtiva possibilita a redução dos efeitos da exclusão que atinge os trabalhadores não integrados ao sistema produtivo e busca, simultaneamente, dotar os trabalhadores do controle sobre os meios de produção. Trata-se do empoderamento dos recursos produtivos e da comercialização do produto gerado com o trabalho. O objetivo deste trabalho é analisar o conceito teórico de economia solidária quanto a definição das condições que caracterizam a inclusão produtiva e identificar as atuais condições de debate deste conceito.

Economia solidária: um debate teórico

O conceito de economia solidária, segundo Gaiger (2009, p. 570) compreende-se pelas “práticas econômicas de iniciativa de pessoas livremente associadas, com algumas características básicas: algum grau de socialização dos meios de produção; dispositivos de cooperação no trabalho; elementos de gestão democrática”. Verifica-se que a economia solidária está estruturada na organização coletiva de trabalho.

Segundo Leite (2009), a economia solidária:

(...) tem como especificidade combinar dinâmicas de iniciativas privadas com propósitos centrados não no lucro, mas no interesse coletivo. A razão econômica é acompanhada por uma finalidade social que consiste em produzir vínculos sociais e solidários, baseados numa solidariedade de proximidade; o auxílio mútuo e a reciprocidade estariam, assim, no âmago da ação econômica [...] A segunda característica da economia solidária reside na elaboração de formas de coordenação e de alocação de recursos alternativas à concorrência ou à regulamentação administrativa representada pela coordenação estatal (LEITE, 2009, p. 34)

No debate teórico na economia solidária há três correntes de pensamento econômico distintos. A primeira, a corrente microeconômica que tem com objetivo a reinserção dos trabalhadores no mercado e trabalho a partir dos empreendimentos solidários, como alternativa para amenizar os problemas sociais. A segunda defende uma ação macroeconômica com a criação de um sistema orgânico dos empreendimentos solidários como alternativas ao desenvolvimento. A terceira em uma atuação também em nível sistêmico, mas na busca de outra economia alternativa ao sistema econômico capitalista (CORAGGIO, 2013).

A economia solidária adquire maior relevância no debate acadêmico com a crise de produção do capitalismo e a ascensão do neoliberalismo, que acarretou em prejuízos às camadas menos favorecidas da sociedade. Como consequência desses fatores, a população pobre necessita de mecanismos para desenvolver atividades “econômicas para geração alternativa de trabalho e renda, tais como: cooperativas, empresas autogestionárias, sistemas de trocas não-monetárias, bancos populares, entre outras” (AZAMBUJA, 2009, p. 286). No Brasil, nas décadas de 1980 e 1990 com o aumento da taxa de desemprego e crescimento da informalidade no mercado de trabalho, ampliaram-se os debates teóricos e ações práticas ligadas a corrente microeconômica. As ações de economia solidária como resposta a crise do trabalho passaram pela institucionalização dos

empreendimentos como cooperativas e associações de produção, comercialização e crédito como alternativas para a geração de emprego e renda aos trabalhadores excluídos do mercado de trabalho tradicional.

Ao contrário do sistema econômico clássico em que o capitalista detém o meio de produção, a economia solidária tem como princípio a solidariedade, não a exploração da mão de obra. Por isso, está estruturada no modelo de empreendimentos cooperativos a partir da associação dos trabalhadores. Contudo, mesmo dentro da classe trabalhadora coexiste certo ceticismo ao modelo econômico solidário com a crença de que a economia solidária pode ser um meio à geração de emprego e renda vinculados à autonomia dos trabalhadores. Principalmente, a partir do momento em que se organiza de forma solidária na produção, compra, venda ou consumo. O argumento de defesa do capitalismo está justamente na possibilidade de ascensão social do proletariado, mesmo que esta chance seja mínima. Possibilidade que inexistia nos sistemas anteriores.

Segundo Antonello e Luizão (2012), a economia solidária:

é apresentada como uma forma de criar novos postos de trabalho, como forma de valorização e de viabilização da autonomia do trabalhador. Portanto, a Economia Solidária como política pública apresenta o desafio de possibilitar a inclusão social e observar o trabalho por uma nova ótica. Todavia, torna-se necessário que o Estado visualize a Economia Solidária tanto como uma estratégia de enfrentamento à pobreza e ao desemprego, assim como uma garantia de acessibilidade às necessidades básicas (ANTONELLO; LUIZÃO, 2012, p. 79)

Em diversas nações, a economia solidária em parceria com sindicatos e partidos políticos têm se estruturado como uma forma alternativa de geração de emprego e renda. Assim, é possível suscitar a hipótese de que projetos com base na economia solidária são capazes de gerar resultados positivos quando elaborados em conjunto com poder público, associações e cooperativas, principalmente quando focado no âmbito local.

A partir de 2003 foi criada no Brasil a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e com isso a economia solidária passa a fazer parte das políticas públicas governamentais. A segunda corrente de pensamento solidário defende a criação de um sistema orgânico que busca a sustentabilidade econômica a partir da articulação dos micro-empreendimentos solidários apoiados por políticas públicas para essa finalidade (CORAGGIO, 2013).

Alcântara (2014, p. 135) entende economia solidária como “o conjunto de práticas cooperativas, com solidarização do capital e com organização autogestionária, de caráter produtivo, prestação de serviço, consumo, habitação ou ramo agropecuário, com ou sem registro formal, podendo adotar formas como mutirão, associação, cooperativa”. Para ele, a economia solidária conquistou maior visibilidade nas últimas décadas, no entanto, ainda é necessária maior participação do poder público para incentivar a implantação de novos empreendimentos solidários.

No modelo de autogestão as decisões são tomadas de forma coletiva. Valoriza-se a experiência de seus associados, tende a contribuir com o crescimento da empresa e dos cooperados. Bickel (2013, p. 29) entende que a autogestão “está especialmente relacionada à autonomia socioprodutiva, convergindo-se em formas de participação democrática direta e de poder decisório coletivo compartilhado entre os próprios trabalhadores associados no contexto organizacional e operacional”. Assim, todos os associados podem participar das definições das diretrizes e posteriormente atuarão na execução laboral. Resultando na socialização dos meios de produção e nos resultados obtidos, impactando diretamente na redução da desigualdade social.

Garcia e Lanza (2012, p. 214) afirmam que “a proposta de trabalho autogerida visa resgatar o trabalho que constrói o homem, tornando-o protagonista de suas ações em uma perspectiva voltada ao coletivismo”. Do ponto de vista dos fatores humanos, pode-se considerar esse caminho como um meio viável e sustentável que tende a proporcionar desenvolvimento econômico e social. Uma possibilidade para o incremento na renda do trabalhador que vive em municípios marcados pela estagnação econômica.

As mulheres desempenham importante papel na economia solidária. Lanza e Stábile (2012, p. 146) explicam que com relação à mulher, a economia solidária “significou a possibilidade de alargar seus horizontes em relação à participação social e política, como o fato de poderem ir a uma reunião de bairro, ou em uma reunião do próprio empreendimento, participar de cursos e visitas técnicas”. A economia solidária reconhece a capacidade que a pessoa tem para desempenhar determinada função, independentemente do gênero. Seu desenvolvimento está pautado na valorização do ser humano.

Apesar do aumento no número de mulheres no mercado de trabalho, ainda verifica-se que o gênero feminino recebe o equivalente a 85,97% para desempenhar a mesma função que o homem. “Num recorte por gênero, os dados evidenciam que em 2013 o nível e emprego da mão-de-obra feminina cresceu 3,91%, ante um aumento de 2,57% para os homens, uma diferença de 1,34 pontos percentuais” (MTE, 2015). O órgão também informa

que a participação da mulher no mercado formal de trabalho em 2012 foi de 42,47% e em 2013 passou para 42,79%. Neste caso, a economia solidária se apresenta com o objetivo de inserir e reduzir as desigualdades enfrentadas pelas mulheres no mercado de trabalho.

Segundo Ferraz e Cavedon (2008, p. 15), a economia solidária significa às “mulheres mais do que a geração de renda, em virtude da forma que elas descobriram para encontrar um local para a socialização e uma referência social, sendo esta ligada à profissionalização da atividade”. O modelo econômico solidário representa a inclusão do gênero feminino ao competitivo mercado de trabalho formal. Apesar de sua inserção no sistema capitalista e maior participação na renda familiar, as obrigações domésticas continuam sendo majoritariamente de responsabilidade feminina. O que impacta no número maior de horas trabalhadas e em menor qualidade de vida.

De acordo com Gaiger (2011, p. 80), a “economia solidária, pode-se sustentar que os membros de tais iniciativas estabelecem entre si vínculos de reciprocidade como um dos fundamentos de suas relações de cooperações”. Desse modo, verifica-se que a cooperação tende a fortalecer os elos sociais por meio de objetivos comuns, responsabilidade social, união e direito a voto. Barretos e Paula (2009) e Gaiger (2011) explicitam que a economia solidária vai além dos preceitos puramente econômicos, engloba elementos que estimulam a consciência política e fatores ideológicos. A crítica dos autores está relacionada ao fato de que no atual modelo de consumo imposto à sociedade não existem espaço para a reflexão sobre esse consumismo.

O sistema econômico capitalista tem como ponto mais frágil o processo de concentração funcional e individual da renda. Assim, a busca por alternativas ao sistema, a terceira corrente de pensamento econômico solidário, propõe a construção de um novo modelo econômico em que os interesses coletivos sobrepõem os individuais. Ou seja, enquanto as duas primeiras correntes de pensamento econômico são apresentadas como alternativas para a busca do desenvolvimento no sistema econômico capitalista, a terceira propõe o rompimento com esse sistema.

A economia solidária no Brasil

A economia solidária surge no meio urbano brasileiro a partir dos anos de 1980 devido ao crescimento do desemprego e como consequência das altas taxas de inflação. No Brasil há apenas relatos de cooperativismo no meio rural no momento histórico anterior a esse período. Somente a partir dos anos de 1990 que o modelo solidário se fortaleceu,

sendo resultado “de movimentos sociais que reagem à crise de desemprego em massa, que tem seu início em 1981 e se agrava com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990” (SINGER, 2003, p. 25).

O impacto das políticas econômica adotada no governo Fernando Collor de Mello acarretou em grande número de empresas que entraram em processo de falência. Por isso, os anos de 1990 ficaram conhecidos como a ‘década do desemprego’. Nesse período, surgiam e ressurgiram diversas tentativas para amenizar os impactos negativos do desemprego em massa, como as micros e pequenas empresas, o crescimento do trabalho informal e a formação de cooperativas (MAFRA; MOREIRA; ONUMA, 2012, p. 74).

Pochmann (2004) concorda com o argumento apresentado por Singer (2003) e explica que entre as décadas de 1930 e 1980, o Brasil consolidou sua estruturação no mercado de trabalho por meio da industrialização e urbanização do país. Contudo, a década de 1980, influenciada pelo agravamento da dívida externa, é marcada pela elevação de desemprego e aumento do subemprego. “A promoção de diversas políticas de ajuste econômico, sobre tudo desde 1990 com a adoção do receituário neoliberal, aprofundou o quadro de estagnação da renda per capita” (POCHMANN, 2004, p. 25).

Essa reestruturação do mercado foi responsável pela queda na geração de postos de trabalhos formais. Conseqüentemente, o setor informal apresentou crescimento na economia urbana. De acordo com pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), apud Pochmann (2004), entre 1980 e 2000, de cada 10 empregos gerados, 5 estavam associados ao segmento não-organizado.

Singer (2003, p. 25) afirma que ao longo da década de 1990 foram criadas as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) em decorrência do forte apelo causado pelo movimento de Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, entre 1992 e 1994. As ITCPs são institutos vinculados às universidades de diversas partes do Brasil. Seu objetivo é oferecer apoio administrativo, jurídico e político às cooperativas populares de produção ou de trabalho.

Pochmann (2004) ressalta cinco pontos que devem ser debatidos para a consolidação da economia solidária no Brasil. O primeiro, diz respeito à elaboração de uma constituição apropriada aos trabalhadores sob o regime da economia solidária. O segundo, aborda a necessidade de implantação de um modelo de financiamento próprio, “estruturada por agentes de créditos populares e cooperativas comunitárias adequadas ao modo de produção não-capitalista” (POCHMANN, 2004, p. 31). Em terceiro lugar, a ampliação do conhecimento técnico e a difusão da tecnologia. O quarto ponto está relacionado à

implantação de políticas públicas com o intuito de promover a economia solidária no âmbito do comércio exterior. Por último:

surge o tema das compras do setor público e da promoção de redes direcionadas à comercialização e distribuição solidária. É necessária a revisão da atual legislação que disciplina as licitações públicas, como forma de permitir a inclusão dos empreendimentos solidários, praticamente à margem das compras públicas. Considerando que as compras do setor público representam 30% da renda nacional, parece ser impensável que a oferta de bens e serviços pertencentes à economia solidária possa continuar marginalizada (POCHMANN, 2004, p. 31)

Por esses motivos, a economia solidária é considerada como ponto de partida para transformações das relações socioeconômicas locais, com a participação de cooperativas, representações públicas e religiosas. Além de apoio de Organizações Não Governamentais (ONGs), sindicatos e universidades. Criando a possibilidade de crescimento econômico e superando as condições de exclusão social.

Nagem e Silva (2013, p. 174) concordam com alguns pontos propostos por Pochmann (2004) para o fortalecimento da economia solidária como a constituição de “canais de financiamento adequados para sua realidade [...] a criação de programas de assistência técnica com capilaridade em todo o território nacional [...] maior possibilidade de acesso a mercados institucionais, por meio de compras públicas”. As propostas citadas tanto por Nagem e Silva (2013) quanto por Pochmann (2004) deveriam ser segmentadas como ações de curto, médio e longo prazo para que fossem efetivamente colocadas em práticas.

No Brasil, os EES, de acordo com Morais, Lanza, Pelanda e Santos (2011, p. 78), “se estruturaram de forma a garantir a articulação entre três segmentos do movimento de economia solidária: empreendimentos solidários, entidades de assessoria e fomento e gestores públicos”. Essas organizações estão vinculadas às universidades por meio das ITCPs; ao governo, pela Senaes e a sociedade organizada, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

A partir desse prisma, verifica-se que o estreito relacionamento entre órgãos públicos, universidades e comunidade pode viabilizar o desenvolvimento de projetos de extensão cujo objetivo é geração de emprego e renda. A economia solidária tem como base a solidariedade e o foco nos setores marginalizados. Outro importante papel desempenhado pela economia solidária consistente em recuperar trabalhadores experientes, com mais de 40 anos de idade e oferecer oportunidade de inserção de jovens, com baixa escolaridade, no mercado de trabalho.

De acordo com Camara, Pitaguari e Santos (2012) cerca de 50% dos empreendimentos solidários estão ligados diretamente ao setor primário da economia:

aproximadamente 22% dos EES produzem mercadorias agrícolas, 9,4% criam animais, 13,3% prestam serviços a produtores rurais, e 4,1% beneficiam produtos agropecuários, 3,4% combinam agricultura e pecuária, e 1,7% realizam a pesca. Nas atividades industriais, a participação mais importante é do setor têxtil 10% e de vestuário representam 5%, o restante é dividido em outros setores industriais, artesanato e serviços (CAMARA, PITAGUARI, SANTOS, 2012, p. 57)

A partir desta análise, verifica-se que a economia solidária brasileira predomina no meio rural e tem pequena participação na indústria, setor este responsável pela geração dos maiores rendimentos. A vantagem do modelo econômico social está no fundamento democrático. Pois, todos os trabalhadores são incentivados a participarem do processo de decisão, acompanhados do debate político.

Sistema público de financiamento e apoio ao cooperativismo

Atualmente, o Brasil é considerado a sétima maior economia do mundo (Banco Mundial, 2015). A soma das riquezas produzidas em 2013 atingiu R\$ 4,84 trilhões, de acordo com relatório do IBGE (2014). No entanto, em 2013, o Brasil ficou na 79ª posição no IDH da Organização das Nações Unidas (ONU), com IDH de 0,74; colocando o país entre as nações consideradas com elevado grau de desenvolvimento. Porém, atrás de alguns vizinhos da América do Sul, como Chile (41ª), Argentina (49ª), Uruguai (50ª) e, até mesmo, da Venezuela que se encontra na 67ª (PNUD, 2014).

Por esse motivo é importante compreender as diferenças conceituais sobre crescimento e desenvolvimento. Crescimento econômico, de acordo com Sandroni (1994), é o resultado do crescimento da capacidade produtiva de bens e serviços de certo país ou região econômica. Esse aumento é mensurado a partir da variação anual do PIB ou pelo Produto Nacional Bruto (PNB).

O PIB consiste na soma de todos os bens e serviços finais de determinada região, durante certo período. É considerado uma das principais ferramentas para mensurar a atividade econômica de uma nação, estado ou município. Contudo, o PIB apresenta alguns problemas como, a exclusão de produtos produzidos e vendidos de forma ilegal. Além disso, o PIB também não considera fatores relacionados à saúde, educação e qualidade de vida. Apesar das lacunas apresentadas, Mankiw (2005) entende que o PIB seja um dos principais

indicadores, pois “países com PIBs maiores podem arcar com o custo de um melhor atendimento de saúde [...] podem ter sistemas educacionais melhores [...] podem ensinar mais cidadãos a ler” (MANKIW, 2005, p. 336). Outra forma de avaliar o crescimento econômico é por meio do crescimento da força de trabalho e o nível tecnológico adquirido.

Já o conceito de desenvolvimento econômico é uma questão mais ampla, abrange tanto o crescimento econômico quanto a melhoria na qualidade de vida da população (VIEIRA, 2009). Essa análise é feita com base em indicadores sociais que avaliam a distribuição de renda, escolaridade, emprego e saúde. “O conceito de desenvolvimento pode até ser oposto à ideia de progresso econômico, pois seu objetivo é mais do que a oferta de bens e serviços resultantes do aumento de produtividade” (VIEIRA; SANTOS, 2012, p. 348).

O desenvolvimento devido ao seu grande número de variáveis torna-se um fenômeno complexo de ser mensurado com exatidão. Contudo, deve ser considerado que desenvolvimento pressupõe o bem estar da humanidade. “O desenvolvimento não decorre apenas do crescimento e do acúmulo de riquezas como defendem os economistas mais conservadores, é possível que, com a distribuição da mesma, também teremos condições para promover o desenvolvimento” (BRAGA, BRAGA, SANTOS, SANTOS, 2012, p. 59).

Desse modo, verifica-se a importância da utilização do PIB. Contudo, esta é uma ferramenta que não pode ser manuseada isoladamente, precisa interagir com outros indicadores como IDH, o coeficiente de Gini e o índice FIRJAN são alguns exemplos. O desenvolvimento sustentável transcende a questão econômica, pois aborda diversas áreas, como a ambiental, social e cultural. Em que os recursos naturais passam a ser utilizados de maneira mais eficiente, garantindo a utilização dos recursos no presente e no futuro.

Antonello e Luizão (2012, p. 73) ressaltam que “a erradicação da pobreza tem que se tornar um objetivo nacional, visando a conduzir uma nova hierarquia de prioridades, em que as vantagens sociais se sobreponham às econômicas”. Assim, o Estado tem como objetivo estruturar uma sociedade mais justa e com menores níveis de desigualdade social. A execução desse objetivo pode ser alcançada por meio da análise dos dados socioeconômicos para a criação e implantação de projetos de combate à exclusão social e a inclusão econômica.

Segundo Vieira e Santos (2012, p. 367), “o que tem ocorrido nas últimas décadas foi o aumento da exploração das regiões mais pobres pelas mais ricas, por ineficiência das políticas públicas, com uma ação cada vez mais limitada do Estado”. Desse modo, entende-se que é necessário romper as barreiras econômicas para alcançar o desenvolvimento

social. Para que essa ideia possa ser concretizada é preciso repensar o modelo econômico atual e propor maneiras alternativas de gestão.

Obstáculos à economia solidária no Brasil

No Brasil, do final da década de 1990, a descrença na capacidade do proletariado em gerenciar uma empresa, de acordo com Singer (2003, p. 19), era o maior obstáculo enfrentado por empresas situadas no modelo de economia solidária. O economista explica que “esta descrença se baseia na ideia de que a administração de empresas é uma ciência que tem que ser aprendida em universidades”. Além disso, Singer (2003) afirma que no final do século XX havia pouca informação para a realização de um diagnóstico concreto relativo às cooperativas em termos de economia solidária.

Outro entrave enfrentado pelos trabalhadores está no alto risco que envolve a formação de uma cooperativa. Para a constituição de tal entidade, no caso de demissão, os trabalhadores precisam investir parte do pagamento que receberam na rescisão do contrato. É preciso realocar recursos que deveriam auxiliar o cidadão no sustento da sua família até que ele consiga se recolocar no mercado de trabalho. Desse modo, o fator psicológico vai influenciar na decisão de buscar outro emprego ou investir em um negócio próprio.

Ainda analisando a década de 1990, Tauile (2002) entende que o sucesso de um empreendimento autogestionário estava associado à necessidade de implantação de formas eficientes de crédito. Incompatível com modelo bancário tradicional. “Diante da fragilidade financeira e institucional [...] os agentes financeiros privados ou mesmo públicos que atuem estritamente sob ‘a fria lógica do mercado’ não se interessarão em apoiá-las” (TAUILE, 2002. p. 15). A maior parte das cooperativas sejam elas agrícolas, de consumo ou de crédito acabam optando pela gestão capitalista no intuito de manter os privilégios conquistados.

Pochmann (2004) avalia que mesmo no início do século XXI, a economia brasileira ainda não possuía um modelo de financiamento adequado as características das EES, identificando esta situação como um ponto de estrangulamento. Pochmann (2004, p. 31) afirma que uma solução para época seria “uma linha nacional de financiamento própria, estruturada por agentes de créditos populares e cooperativas comunitárias adequadas ao modo de produção não-capitalista”. O tradicional sistema bancário atua fora dos preceitos que norteiam o modelo solidário.

No início dos anos 2000, a economia solidária brasileira ainda era caracterizada como pobre e carente, além de enfrentar diversos obstáculos para se consolidar e viabilizar

economicamente (SINGER, 2006, p. 20). Leite (2009, p. 33) concorda com a análise realizada por (Singer, 2006), que mesmo no final da primeira década dos anos 2000 ainda é pequeno o número de pesquisas científicas com avaliações sobre o impacto da economia solidária no Brasil e no mundo. Além disso, Leite (2009) demonstra certo ceticismo a respeito de interpretações otimistas, considerando a existência de pseudocooperativas. Estas empresas atuam em defesa do capital, em detrimento das teorias de autogestão que se enquadram em questões como igualdade e solidariedade.

A partir do ano de 2003, o economista Paul Singer passou a coordenar a Senaes. Desse modo, sua visão marxista vai gradativamente sofrendo alterações ocasionadas pelo viés institucional. Prova disso é que Singer (2006) passa a defender a ideia de que no longo prazo, a economia solidária deve se autofinanciar com o objetivo de criar identidade cultural própria e atuação diferenciada dos bancos privados.

Leite (2009, p. 32), analisando o final da década de 1990 até meados do primeiro decênio dos anos 2000, suscita a hipótese de que a economia solidária tende a ganhar espaço somente em momentos de crise do sistema capitalista, com aumento do desemprego e redução de salário. Então, o modelo econômico solidário estaria fadado ao fracasso devido à baixa capacidade de autofinanciamento e falta de mão de obra especializada.

Geralmente, a economia solidária é vista como solução temporária e não definitiva ao sistema econômico capitalista. Dessa forma, a experiência solidária tenderia a multiplicar-se somente quando há crise na economia capitalista, desaparecendo logo em seguida. Leite (2009) explica que a sazonalidade é um dos principais problemas da economia solidária devido às “dificuldades que enfrentam para sobreviver em um contexto capitalista, como a baixa capitalização, a falta de capacitação técnica dos trabalhadores para gerir os negócios, a falta de comprometimento do conjunto de trabalhadores com os ideais cooperativistas”. Analisando a situação a partir desse prisma, verifica-se que o modelo solidário teria apenas soluções paliativas, pois não seria capaz de competir com produtos situados na lógica de uma economia de mercado.

Mesmo tendo passado três décadas do surgimento da economia solidária no Brasil, este modelo ainda sofre com a falta de integração entre os empreendimentos solidários. “Apenas 1/3 deles adquirem produtos de outros EES, apesar de metade deles participar de alguma rede ou fórum de economia solidária” (CAMARA, POTIGUARI, SANTOS, 2012, p. 56). A ampliação do comércio entre os EES locais teria como objetivo o fortalecimento do mercado, pois os recursos econômicos seriam reinvestidos na região.

Situados num contexto mais contemporâneo, Gugliano e Locks (2013) afirmam que “a perspectiva democrática dos empreendimentos de economia solidária é um pressuposto teórico apontado por vários autores que fundamentam a proposta de criar organismos econômicos alternativos” mesmo estando inseridos numa economia de mercado. Contudo, salientam que apesar do grande número de publicações sobre economia solidária ainda há diversas lacunas para serem preenchidas a respeito deste assunto, principalmente sobre aspectos políticos inseridos nos próprios empreendimentos solidários. “Desde esse prisma, uma das problemáticas mais interessantes se relaciona com a questão das relações de poder que se desenvolvem no interior das referidas organizações, mais precisamente a democracia interna nos empreendimentos” (GUGLIANO; LOCKS, 2013, p. 42). Desse modo, a avaliação concreta de empreendimentos solidários fica comprometida pelo número de variáveis que cercam a gestão democrática. Por isso, nesse cenário surge um importante ponto de reflexão dentro das cooperativas, como deve ser tratada a relação de poder para que o contexto democrático não seja perdido.

Além das dificuldades no setor econômico, os empreendimentos solidários também encontram problemas relacionados aos preceitos democráticos, impondo limitações a participação coletiva. A democratização do crédito, segundo Retamiro (2013), é fundamental para manutenção de empreendimentos solidários desenvolvidos pelas classes sociais menos favorecidas financeiramente. Retamiro (2013, p. 90), compreende este modelo de política de microcrédito como um segmento “da teoria keynesiana, a qual confere ao Estado apoiar ações da sociedade civil, especialmente nos municípios de pequeno porte, onde há um desenvolvimento local integrado”.

Segundo Gugliano e Locks (2013), mesmo em empreendimentos solidários verifica-se um engessamento nas tomadas de decisões, “apesar desse avanço em termos de mudanças nas relações de trabalho, ainda há muito a caminhar no que diz respeito à democratização das suas estruturas de decisão” (GUGLIANO; LOCKS, 2013, p. 59). A discussão em torno da economia solidária é caracterizada pela sua complexidade, opiniões favoráveis e contrárias a partir de embasamento teórico. Conseqüentemente cria-se um ambiente favorável às contradições e discordâncias. No entanto, mesmo na esfera pública também há certa divergência com relação ao modelo de política pública que deve ser adotado para incentivar a implantação de empreendimentos solidários. Alcântara (2014) salienta que esse tipo de assistência ou assessoria é determinante para verificar o nível de institucionalização do modelo. “Se a Administração Municipal oferece assistência técnica capaz de estimular a qualificação dos indivíduos e faz com que eles desenvolvam um tipo

de ‘massa crítica local’, por sua vez, ajuda a institucionalizar a ação de cooperação e autogestão” (ALCÂNTARA, 2014, p. 141).

Está análise é fundamental para o esclarecimento de que políticas de cunho assistencialista propiciam a formação de um novo curral eleitoral. O trabalhador permanece incapaz de resolver seus problemas econômicos, dessa forma, o poder público perpetua a relação assistencialista. Em que a comunidade sempre espera que as iniciativas sejam tomadas pela administração municipal.

Para Nagem e Silva (2013), a economia solidária ainda luta por maior reconhecimento dentro do próprio governo, mas continua relegada num segundo plano. “A economia solidária tenderia a perder ainda mais espaço, dado que o mercado de trabalho reestruturou-se significativamente ao longo desse período, atraindo inclusive trabalhadores de menor qualificação” (NAGEM; SILVA, 2013, p. 174). Neste caso, é necessário considerar que a taxa de desemprego em 2013 foi de 5,4%. Bem diferente da taxa de desemprego de 12,4% registrada em 2003, ano de implantação da Senaes (IBGE, 2014). Em uma década a taxa teve redução de sete pontos percentuais. Contudo, a redução na taxa de desemprego observada nos anos anteriores não invalida o desenvolvimento de projetos relacionados à economia solidária, pois seu fundamento está na inclusão produtiva com suas consequências na geração de renda e acesso a oportunidades sociais. No ano de 2014, a macroeconomia no Brasil foi marcada pela desaceleração e pelo recrudescimento dos efeitos da crise internacional no Brasil. Esses fatores contribuíram para que o PIB brasileiro de 2014 ficasse praticamente estável, com variação positiva de 0,1% na comparação com 2013. A soma de todos os bens e serviços produzidos pelo Brasil em 2014 foi de R\$5,52 trilhões. Esse resultado representa uma desaceleração ante o resultado obtido em 2013, quando a economia cresceu 2,7%. Trata-se do pior resultado obtido desde a retração de - 0,2% em 2009 (IBGE).

Além disso, as medidas adotadas pelo governo federal de ajuste da economia como alteração no prazo para recebimento do seguro desemprego e pensão vitalícia, reajuste no preço de combustíveis e das tarifas da energia elétrica, aumento da contribuição previdenciária das empresas, indicam que o país está entrando em um círculo vicioso. Esse novo cenário econômico reforça a necessidade de fortalecimento da economia solidária como recurso para inclusão produtiva e empoderamento econômico.

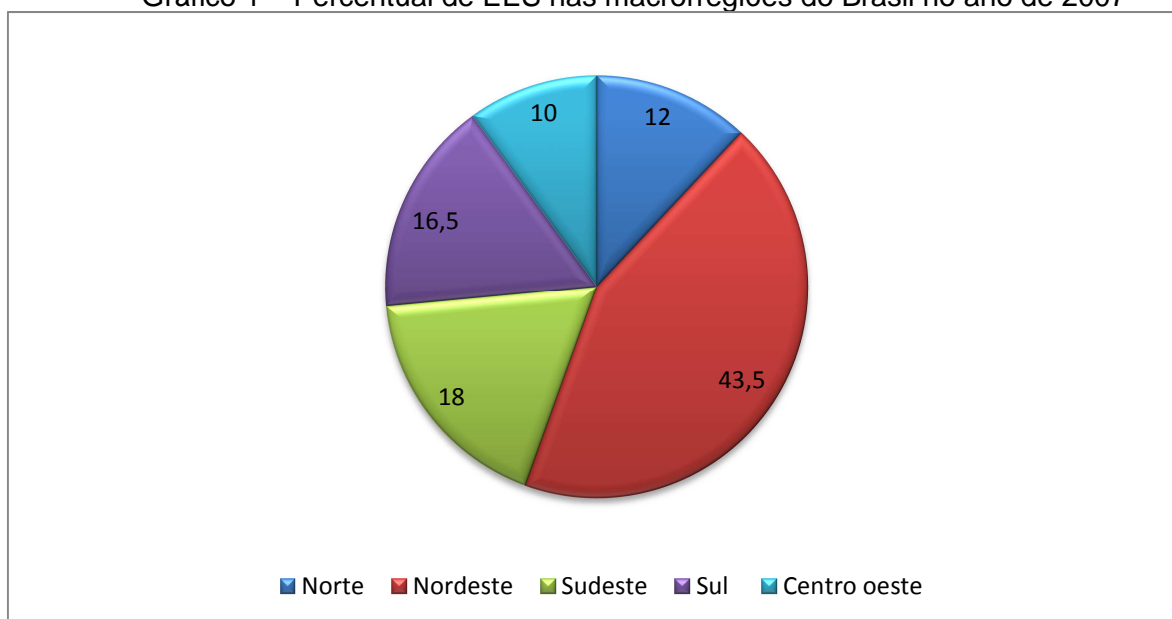
Resultados da economia solidária no Brasil

O MTE define economia solidária como “um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos”. Devido ao crescimento da economia solidária no contexto político, em março de 2003, o governo federal implantou a Senaes. A criação desta secretaria confirma o crescimento de políticas públicas voltadas à transformação da realidade socioeconômica.

Pesquisa realizada pela Senaes, em 2005, apontou que praticamente metade das cidades do Brasil possuía algum tipo de atividade voltada à economia solidária. “Foram identificadas cerca de 14.954 Empreendimentos Econômicos Solidários em 2.274 municípios do Brasil (o que corresponde a 41% dos municípios brasileiros)”. De acordo com o estudo, a maior parte dos EES estão situados na “região Nordeste, com 44%. Os restantes 56% estão distribuídos nas demais regiões: 13% na região Norte, 14% na região Sudeste, 12% na região Centro-oeste e 17% na região Sul” (Senaes, 2006, p.15).

Segundo o Atlas da Economia Solidária no Brasil, em 2007 foram identificados 21.859 empreendimentos solidários em 2.933 cidades (cerca de 53% dos municípios brasileiros). No gráfico 1, é possível observar que a maior fatia dos EESs está localizada no Nordeste (43,5%). As demais regiões do país contabilizam os 56,5% restantes.

Gráfico 1 – Percentual de EES nas macrorregiões do Brasil no ano de 2007



Fonte: adaptado de SENAES (2009)

O Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária (SIES) foi implantado em 2004 e está vinculado à Senaes. O SIES tem como objetivo identificar e registrar informações de EES. De acordo com pesquisa realizada com 19.708 EES pelo SIES em parceria com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), entre 2010 e 2012, constatou-se que a região nordeste permanece na liderança com mais de 40% dos empreendimentos solidários no Brasil, como pode ser observado na tabela 1.

Tabela 1 – Distribuição regional de empreendimentos solidários entre 2010 e 2012

Região	Quantidade	Percentual
Norte	3.127	15,9
Nordeste	8.040	40,8
Sudeste	3.228	16,4
Sul	3.292	16,7
Centro oeste	2.021	10,3
Brasil	19.708	100

Fonte: adaptado de SIES (2013)

Esse estudo confirmou a necessidade da criação de mecanismo de financiamento com características próprias para atender a demanda da economia solidária. Pois, quando analisada a atividade econômica por meio do critério de ‘poupança, crédito ou finanças solidárias’ apenas 328 EES (1,7%) dos 19.708 empreendimentos abordados atuam no setor financeiro. “Constata-se que a maioria dos EES desenvolvem atividade de produção ou de produção e comercialização da produção (56,2%). Outras atividades com destaque são aquelas relativas ao consumo ou uso coletivo de bens e serviços (20%) e atividade de comercialização (13,3%)” (SIES, 2013, p. 4). Segundo relatório do SIES, entre 1957 e 1970 havia sido identificado 204 empreendimentos solidários. Em 2007, foram registrados 6.905 novos empreendimentos de economia solidária e, em 2012, foram contabilizados mais 11.663. Desde 2004, foram catalogados 33.518 EES em todo território brasileiro (SIES, 2013). O documento também aponta que os maiores desafios para a consolidação da economia solidária estão relacionados à geração de renda e viabilidade econômica do empreendimento, como pode ser observado na figura 1.

Figura 1 – Principais desafios enfrentados pela economia solidária



Fonte: SIES (2013)

A amplitude territorial traduzida em números pela pesquisa do Senaes demonstra que a economia solidária representa importante papel econômico-social no sistema capitalista.

Considerações Finais

Nesse contexto, a pesquisa procurou demonstrar que a economia clássica não é capaz de resolver os problemas econômicos da sociedade contemporânea. De acordo com Smith e Ricardo, o crescimento econômico seria o meio para que a sociedade pudesse alcançar o desenvolvimento. Este princípio foi explicado por meio do conceito de mão invisível do mercado.

Em oposição ao liberalismo econômico foram introduzidas as teorias elaboradas por Marx no século XIX. Segundo o pensamento marxista, o proletariado é explorador por meio da mais valia e da mais valia relativa. O lucro do burguês é obtido através da compressão do salário, que é possível devido à criação de um exército de reserva.

As primeiras experiências de economia solidária surgiram em paralelo a Revolução Industrial para amenizar as feridas impostas aos artesãos, que passaram a ter como única opção vender sua mão de obra. A economia solidária apesar de estar inserida no sistema

capitalista tem como foco o bem estar da sociedade. O modelo econômico solidário propõe à inclusão produtiva como mecanismo para inserção no mercado de trabalho por meio do cooperativismo. Este tipo de estratégia tem o intuito de superar a extrema pobreza baseado em políticas públicas de geração de renda.

No Brasil, a economia solidária aparece a partir dos anos de 1980 e se fortalece na década de 1990, com o intuito de reduzir o impacto negativo causado pela adoção de políticas neoliberais. O modelo solidário conquistou maior espaço político e acadêmico a partir de 2003, quando o governo federal implantou uma secretaria especializada para cuidar do assunto, a Senaes. Cabe ressaltar que, de acordo com dados do próprio Ministério do Trabalho, no período de 2003 a 2010, o volume de recursos repassados a Senaes foi inferior a 1% do orçamento total do MTE. Evidenciando que a Senaes, durante esses sete anos, foi colocada em segundo plano. O que caracteriza uma contradição no discurso feito pelo Ministério e as ações que foram concretizadas.

Mesmo com a redução de 7% na taxa de desemprego entre os anos de 2003 a 2010, configurando uma nova estrutura do mercado formal de trabalho, verifica-se que a proposta de constituição de projetos de economia solidária torna-se relevante para uma parcela considerável da sociedade, principalmente nos pequenos municípios caracterizados pela estagnação econômica.

O viés democrático da economia solidária é responsável pela inclusão de parcela da sociedade que historicamente é excluída dos processos de planejamento da comunidade. A proposta para implantação de projetos de economia solidária nos pequenos municípios deve primeiramente conscientizar a população de que os programas de transferência direta de renda devem ser encarados como um mecanismo provisório e não como algo permanente. A população precisa exigir medidas que visem a melhoria de setores como educação e saúde. Assim, a sociedade tem a possibilidade de transformar sua realidade, ascender profissional e socialmente ao invés de reproduzir o cenário da República Velha, o voto de cabresto, em pleno século XXI.

Ao longo deste trabalho foram expostas algumas das dificuldades enfrentadas pela economia solidária, como a formação de pseudocooperativas, dificuldades de capitalização e falta de um sistema bancário adequado. Mesmo com essas limitações, a constituição de projetos econômicos solidários deve ser considerada, pois possibilita uma alternativa de transformação social por meio de políticas públicas, geração de trabalho e renda. Conclui-se que o dinamismo de EES é capaz de alterar favoravelmente as condições socioeconômicas por meio de inclusão produtiva e empoderamento da população. Os projetos de economia

solidária devem ser encarados como uma ação para o desenvolvimento regional, vinculados a mecanismos de políticas públicas para preservar a identidade local, resgatar a cidadania e reduzir as desigualdades.

REFERÊNCIAS

CORAGGIO, J. L. Las três corrientes de pensamiento y acción del campo de la economía social y solidaria. *Estudos Urbanos e Regionais*, v. 15, n. 2, p. 11-24, nov. 2013.

ALCÂNTARA, F. H. C. Políticas públicas municipais e economia solidária. *Interações*. Campo Grande, v. 15, n. 1, p. 135-145, jan./jun. 2014.

ANTONELLO, I. D.; LUIZÃO, F. M. C. **Economia solidária como política pública: alternativa à exclusão socioespacial**. IN: CORDEIRO, S. M. S.; LANZA, L. M. B.; PITAGUARI, S. O. (orgs). A sustentabilidade da economia solidária. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2012.

AZAMBUJA, L. R. Os valores da economia solidária. *Sociologias*. Porto Alegre, n. 21, p. 282-317, jan./jun. 2009.

BARBOSA, A. G. **Água para beber e para produzir alimentos**. IN: MELLO, C.; ROVAI, R.; STREIT, J. (orgs). Geração de trabalho e renda, economia solidária e desenvolvimento local: a contribuição da Fundação Banco do Brasil. São Paulo: Publisher Brasil, 2006.

BARRETOS, R. O.; PAULA, A. P. P. Os dilemas da economia solidária: um estudo acerca da atividade de inserção dos indivíduos na lógica cooperativista. *Cadernos EBAPE.BR*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 199-213, jan./jun. 2009.

BICKEL, C. G. A produção associada autogestionária na construção civil como estratégia na integração do sistema na economia social na autogestão territorial. *Estudos Urbanos e Regionais*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 25-42, nov. 2013.

BRAGA, A. M. S.; BRAGA, V.; SANTOS, E. L.; SANTOS, R. S. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. *Desenvolvimento Regional em debate*, Canoinhas, n. 1, p. 44-61, jul. 2012.

CAMARA, M. R. G.; PITAGUARI, S. O.; SANTOS, L. M. L. **Panorama da economia solidária no Brasil**. IN: CORDEIRO, S. M. S.; LANZA, L. M. B.; PITAGUARI, S. O. (orgs). A sustentabilidade da economia solidária. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2012.

CAMINHA, U.; F, M. Atividade financeira e moeda: análise da experiência do Conjunto Palmeiras em Fortaleza-CE. *Direito GV*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 99-130, jan./jun. 2011.

CARVALHO, F. J. C. Keynes e o Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 17, p. 569-574, dez. 2008.

CARVALHO, F. D. O retorno de Keynes. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 83, p. 91-101, jan. 2009.

FBES. **Fórum Brasileiro de Economia Solidária**. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br/>>. Acesso em: 19 março 2015.

FERRAZ, D. L. S.; CAVEDON, N. R. A exclusão e a inclusão social: depoimento das praticantes da economia popular solidária. **Cadernos EBAPE.BR**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p. 1-18, dez. 2008.

FILHO FERRARI, F.; TERRA, F. As disfunções do capitalismo na visão de Keynes e suas proposições reformistas. **Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 271-295, mai./ago. 2011.

FONSECA, P. C. D. Keynes: o liberalismo econômico como mito. **Economia e Sociedade**. Campinas, v. 19, n. 3, p. 425-447, dez. 2010.

GAIGER, L. I. G. A associação econômica dos pobres como via de combate às desigualdades. **Caderno CRH**. Salvador, v. 22, n. 57, p. 563-580, set./dez. 2009.

GAIGER, L. I. Relações entre equidade e viabilidade nos empreendimentos solidários. **Lua Nova**. São Paulo, n. 83, p. 79-109, 2011.

GALVÃO, A. C. F. **Política de desenvolvimento regional e inovação**: lições da experiência europeia. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 272 p.

GARCIA, P. A.; LANZA, L. M. B. **O princípio da autogestão no empreendimento de economia solidária**. IN: CORDEIRO, S. M. S.; LANZA, L. M. B.; PITAGUARI, S. O. (orgs). A sustentabilidade da economia solidária. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2012.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai./jun. 1995.

GUGLIANO, A. A.; LOCKS, P. Democracia e economia solidária: limitações e potencialidades. **Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n. 10, p. 41-62, jan./abr. 2013.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisas.php>>. Acesso em: 30 setembro 2014.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1982.

LANZA, L. M. B.; STÁBILE, F. **Trajetória do trabalho feminino e economia solidária**. IN: CORDEIRO, S. M. S.; LANZA, L. M. B.; PITAGUARI, S. O. (orgs). A sustentabilidade da economia solidária. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2012.

LEITE, M. P. A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. **Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 24, n. 69, p. 31-51, fev. 2009.

MAFRA, F. L. N.; MOREIRA, L. B.; ONUMA, F. M. S. Autogestão e subjetividade: interfaces e desafios na visão de especialistas da ANTEAG, UNISOL e UNITRABALHO. **Cadernos EBAPE.BR**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 65-81, mar. 2012.

MANKIW, N. G. **Introdução à economia**. Tradução de HASTINGS, A. V. São Paulo: Thomson, 2005.

MARX, K. **O capital**. Tradução de DEVILLE, G. Bauru: Edipro, 1998.

MISES, L. V. **Liberalismo**: segundo a tradição clássica. Tradução de PIMENTA, H. C. 2.ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

MORAES, E. E.; LANZA, F.; PELANDA, S. S.; SANTOS, L. M. L. Propriedades coletivas, cooperativismo e economia solidária no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 105, p. 67-88, jan./mar. 2011.

MTE. **Ministério do Trabalho e Emprego**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/imprensa/rais-e-caged-indicam-crescimento-da-participacao-da-mulher-no-mercado-de-trabalho.htm>>. Acesso em: 17 março 2015.

NAGEM, F. A.; SILVA, S. P. Institucionalização e execução das políticas públicas de economia solidária no Brasil. **Sociologia e Política**. Curitiba, v. 21, n. 46, p. 159-175, jun. 2013.

PNUD. **Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDH-Global-2013.aspx>>. Acesso em: 01 outubro 2014.

POCHMANN, M. Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites. **Ipea**. São Paulo, n. 24, p. 35-43, ago. 2004. Mercado de Trabalho.

RETAMIRO, W. **Empreendimentos econômicos solidários no processo de desenvolvimento regional**. 2013. 117 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e desenvolvimento Regional) Departamento de Economia, Contabilidade e Administração, Universidade de Taubaté, Taubaté, 2013.

SANDRONI, P. **Novo dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1994.

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Atlas da economia solidária no Brasil**. Brasília: MTE, Senaes, 2006.

SINGER, P. **Economia solidária**: um modo de produção e distribuição. IN: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (orgs). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. **O desafio é criar cadeias solidárias**. IN: MELLO, C.; ROVAI, R.; STREIT, J. (orgs). Geração de trabalho e renda, economia solidária e desenvolvimento local: a contribuição da Fundação Banco do Brasil. São Paulo: Publisher Brasil, 2006.

SMITH, A. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. Tradução de BARAÚNA, L. J. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

TAUILE, J. R. Do socialismo de mercado à economia solidária. **Economia Contemporânea**, jan./jun. 2002.



THE WORLD BANK. **Banco Mundial**. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/pt/country/brazil>>. Acesso em: 21 março 2015.

VIEIRA, E. T. **Industrialização e políticas de desenvolvimento regional**: o Vale do Paraíba paulista na segunda metade do século XX. 2009. 177 f. Tese (Doutorado em História Econômica) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

VIEIRA, E. T.; SANTOS, M. J. Desenvolvimento econômico regional – uma revisão histórica e teórica. **G&DR**, Taubaté, v. 8, n. 2, p. 344-369, mai./ago. 2012.